

PERÍODO HISTÓRICO BRASILEIRO - RESENHA 1822

Laurentino Gomes

Filipe Galante¹

Thiago Barbosa²

Ramon Henrique de A. Santos³

O livro 1822 destaca que no ano da independência do Brasil tinha tudo para dar errado pela direção dos eventos que tomava. O novo país já nascia falido. Faltava-se dinheiro, soldados, navios, armas e munição para sustentar a guerra contra os portugueses. Além disso, o analfabetismo era geral, a população era carente e desprovida na qual vivia à beira de qualquer oportunidade em uma economia agrária e rudimentar, totalmente dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro. A minoria Branca vivia com medo de uma rebelião das classes cativas. Foi num ambiente desses em que a independência do Brasil começava a surgir.

O autor no começo, relembra as diferenças interpretações do grito de D.PEDRO I ao declarar independência para evitar problemas com Portugal. Além disso, ressalta-se que a Revolução Francesa e a Independência Americana foram motores propulsores para a independência para o Brasil.

Para se preparar contra Portugal, D.PEDRO necessitava de recursos financeiros pois os cofres do tesouro estavam totalmente vazios por causa da vinda de D.JOÃO, fugindo do exército de Napoleão Bonaparte. Primeiramente, ele pegou 3.685.000 libras esterlinas para financiar o exército e logo depois, utilizou da inflação, cunhando a moedas com o dobro do valor que comprava folhas de cobre pela libra. Neste cenário financeiro, somavam-se os problemas econômicos na qual a produção de açúcar e a mineração do ouro e diamantes estavam em decadência, as principais fontes de financiamento da colônia.

Porém, ressalta-se que o maior dos problemas era a divergência interna, ou seja, nem todos concordavam com a independência Brasileira, pois somente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro concordava com o movimento, as

¹ Graduando em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

² Graduando em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³ Graduando em Ciências Econômicas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

outras províncias, ou discordavam da ideia ou tropas portuguesas ainda estavam sobre o controle.

Já no ano de 1819, José Bonifácio de Andrada e Silva é autorizado a partir ao Brasil. Porém o mesmo não imaginava que seria o conselheiro do príncipe em uma ocasião importante para construção brasileira.

Na independência José Bonifácio era o que se falava, “um homem com um projeto de Brasil”. Sendo sua visão no âmbito de impossibilitar e impedir o fracionamento do território brasileiro, posterior à disjunção de Portugal, seria o “centro de força e unidade” sobre o controle do imperador Pedro I em monarquia constitucional.

Porém a questão fundamental era a escravidão, pois afetaria o resultado da totalidade social. Os escravos eram o principal motor propulsor da economia brasileira fornecendo mão de obra barata e desumana. Mas Bonifácio imaginava que o país estava fadado ao retardamento e atraso econômico, uma vez que na visão de Bonifácio era preciso incorporar os escravos à sociedade como cidadãos de direito. Tal que a escravidão corrompia a sociedade e impedia que a mesma evoluísse. Tendo como consequências atrasos na agricultura, obstrução na civilização e indústria abrindo espaço para corrupção e luxo para certa camada social daquela época.

No dia 12 de outubro de 1822 o imperador Pedro I foi aclamado diante de um dia nublado e chuvoso no Rio de Janeiro, porém nem o mal tempo era capaz de importunar a enorme festa cívica do Brasil independente. E assim sendo a festa se repetiria no dia primeiro de dezembro.

Proclamada a Independência, ainda persistiam inseguranças e inquietação para o chamado de novo Brasil. Sendo o império frágil e novo, pela circunstância de haver duas guerras, uma delas seria à externa segmentada ao fato de interesses excludentes entre portugueses e brasileiros, resultando em campos de batalha e posteriormente em negociações diplomáticas. A outra guerra era caracterizada entre desavenças pelos próprios brasileiros, no entendimento das diferentes camadas sociais no que tange a forma de organização e conduta de um novo país.

Estavam presente pela primeira vez da história reunidos na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa: Escravagistas, abolicionistas, federalistas e republicanos. No âmbito de destrinchar e organizar o Brasil. Ali se discutiam

vários tipos de temas e reivindicações. Tais como: liberdade religiosa, de pensamento, diversos tipos de direitos individuais e sociais. Partido de um pacto social.

Havia uma determinada corrente que defendia o fato da Constituição ser realizada pelos representantes do povo e que o imperador deveria ser submerso a mesma. E também havia outra determinada corrente defendia pelos liberais e o ministro José Bonifácio, no qual o imperador não deveria se submeter a Constituição e ser superior a mesma em virtude da tradição e da herança histórica.

José Bonifácio usou de seus artifícios de chefe e ministro da maçonaria para criar obstruções para que D. Pedro não jurasse no escuro uma provável constituição que não existia. Bonifácio se demonstrou autoritário e conservador assim como D. Pedro em defesa das questões sociais. Usando também de artifícios para silenciar adversários: prisões e deportações de suspeitos, mantendo vigilância em grupos radicais.

Acuados e intimidados, os radicais não fizeram mais questão da cláusula de juramento prévio, que dizia que o imperador deveria jurar constituição antes que a mesma fosse elaborada e que seria submerso à constituição. Originando uma segunda crise, no contexto ao direito de veto do imperador. Bonifácio acreditava e defendia o veto absoluto, que tinha o poder do imperador modificar qualquer artigo na constituição.

Em primeiro de setembro, a assembleia elabora o projeto de constituição que deveria ser aprovado e Bonifácio seria demitido, pois houve um atentado na casa de um dos opositores de D. Pedro. Sendo Bonifácio o responsável, porém mais tarde descobre-se que eram amigos de D. Pedro.

Porém haveria circunstâncias maiores para a saída do ministro, Bonifácio se antepôs aos interesses dos latifundiários e senhores de escravos ao opinar na Constituição pela interdição do tráfico negreiro e a gradual abolição escravista no Brasil.

Contudo, o livro aborda a questão dos poderes e influências atribuídas a Maçonaria, muitas de formas ilusórias. Acreditavam que a maçonaria fosse um grupo homogêneo no Grito do Ipiranga, o que não era verdade, pois internamente ocorriam divergências entre eles. Não se discute os efeitos benéficos que a sociedade maçônica possuía na época, mas seus mitos,

também presentes nos tempos contemporâneos são expressados no período abordado.

Um fato bastante interessante destacado no livro diz respeito a situação dos negros no Brasil durante a Guerra da Independência, os quais participaram pelo Exército e pela Marinha, acreditando que com o termino receberiam em troca a liberdade. Infelizmente ao retornarem as coisas continuaram a mesma, com as fortes raízes brasileiras a favor da escravidão. Com a grande pressão da Grã-Bretanha, o Brasil iniciou seu processo de forma mais intensiva na mudança de cultura escravocrata.

Também nos é apresentado a história da Marquesa de Santos, a paulista Domitila de Castro Canto e Melo, que aparentemente possuía um forte romance com D. Pedro I. Não é oficializado esse romance, mas existem diversas passagens que dizem ao contrário. Um dos exemplos é que esteve presente nos momentos mais importantes de D. Pedro I, como no Grito do Ipiranga.

Um dos momentos mais importantes da história do Brasil foi a proclamação da independência de Portugal, momento esse que foi acompanhado por D. Pedro I e D. João VI, mesmo que esse tenha morrido em 1826, de forma misteriosa, deixando o trono de forma oficial para D. Pedro I. Esse período foi de forte turbulência considerando a guerra em andamento em Portugal, entre liberais e absolutistas.

No final do livro, temos a descrição das diferenças entre D. Pedro e D. Miguel, que iniciou-se desde a infância, envolvendo fofocas relacionadas a D. Miguel como sendo homossexual e filho do caseiro. Diferiam desde a aparência como nos gostos pessoais. D. Miguel por exemplo era conservador, avesso ao regime constitucional e adepto do absolutismo real. Já D. Pedro recebeu influência dos iluministas franceses, foi um influente Maçom, com características liberais e de intenções modernizadoras para sua época. De certa forma essas diferenças influenciaram como marco na guerra civil que posteriormente ocorreria.

D. Pedro teve vitória na guerra apesar das adversidades, e veio falecer em 1834, aos braços da imperatriz. Ele foi consumido por um quadro pesado de tuberculose, com os pulmões comprometidos e o coração e o fígado atrofiados, que foram agravados desde a guerra contra o irmão. Antes, porém, aconselhou sua filha que concedesse liberdade a todos os presos políticos, e que no seu

enterro não seguisse o protocolo das medidas adotadas pela monarquia, querendo ser enterrado de maneira simples.

REFERÊNCIA

GOMES, Laurentino. **1822**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010. 328 p.